NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012 (CONTINUAÇÃO)

(Valores expressos em milhares de Reais)

d. Despesas de captação

	2013	2012
Depósitos de poupança	13.126	12.595
Depósitos interfinanceiros	4.258	3.706
Depósitos a prazo	67.326	60.216
Depósitos judiciais	533	647
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	345	787
Letras financeiras	6.091	-
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	2.599	1.868
Total	**94.278**	**79.819**

11 Emissão de títulos

	2013	2012
Realizável em longo prazo		
Recursos de letras imobiliárias	172.396	-
Total realizável em longo prazo	**172.396**	**-**
Total	**172.396**	**-**

As captações efetuadas mediante a emissão de títulos de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução BACEN nº 3.836/2010, são as seguintes:

Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Quantidade	Total
BANRISUL	LF-POS-CDICE	19/11/2014	105,0000	1.044.521,67	5	5.223
CEF	LF-POS-CDICE	05/12/2014	106,0000	520.678,43	80	41.654
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14/11/2014	107,0000	522.996,96	240	125.519
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**325**	**172.396**

12 Outras obrigações

	2013	2012
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	13.877	10.671
Sociais e estatutárias (a)	138	137
Fiscais e previdenciárias	26.655	17.402
Negociação e intermediação de valores	7.803	7.210
Cheque administrativo	707	557
Contrato de assunção de obrigações	3.930	10.924
Obrigações para contribuições ao SFH	7	10
Obrigações por convênios	11.084	10.374
Obrigações por prestação de serviços	3.708	9.762
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	40.970	33.845
Credores diversos – País (c)	43.086	3.375
Passivo contingente – Trabalhista (d)	2.769	2.397
Passivo contingente – Cível (d)	9.127	9.613
Passivo contingente – Tributário (d)	3.094	2.754
Passivo contingente – Cessão de crédito rural com coobrigação (d)	924	1.053
Total do circulante	**164.786**	**117.330**
Realizável em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (d)	21.590	21.494
Total realizável em longo prazo	**21.590**	**21.494**
Total	**186.376**	**138.824**

(a) Sociais e estatutárias:
O saldo da conta apresenta valores a ser distribuído aos acionistas conforme explicitado na nota 13.2.

(b) Provisão para pagamentos a efetuar:
As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	2013	2012
Circulante		
Provisão com pessoal	19.798	16.036
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	5.029	5.531
Obrigação atuarial	7.414	5.693
Provisão para outras despesas administrativas	7.819	5.928
Outros	910	657
Realizável em longo prazo		
Obrigação atuarial	21.590	21.494
Total	**62.560**	**55.339**
Circulante	40.970	33.845
Realizável em longo prazo	21.590	21.494

(c) Credores Diversos - País:
O incremento desse saldo foi em decorrência do lançamento do cartão de crédito Banpará Mastercard ocorrido em dezembro de 2012.

(d) Passivos contingentes:
O BANPARÁ é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	2013	2012
Provável	2.364	5.594	3.094	11.052	14.764
Total	**2.364**	**5.594**	**3.094**	**11.052**	**14.764**

A Administração do BANPARÁ entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O BANPARÁ, ainda, é parte em processos judiciais de natureza possível, conforme a avaliação de seus assessores jurídicos, no montante de R$ 3.938 mil em junho de 2013 (R$ 6.275 mil em junho de 2012), divididos conforme segue:

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	2013	2012
Possível	405	3.533	-	3.938	6.275
Total	**405**	**3.533**	**-**	**3.938**	**6.275**

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

	2013		2012	
Ações	**Quantidade de ações**	**Depósitos judiciais (R$)**	**Quantidade de ações**	**Depósitos judiciais (R$)**
Cíveis	950	13.791	1.037	11.316
Trabalhistas	161	2.468	166	2.575
Tributárias	19	17.491	26	15.033
Total	**1.130**	**33.750**	**1.229**	**28.924**

i. Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

ii. Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

iii. Cessão de crédito rural com coobrigação:
Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo BANPARÁ à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dividas originárias do crédito rural.

iv. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias
O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2013, são:

- **CPMF:** R$ 2.609 mil. Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o BANPARÁ impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R$ 57 mil. Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo BANPARÁ em dação em pagamento. O BANPARÁ impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acertamento definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Impresa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE